

Ordem, higiene e progresso: as reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro através do romance *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo

Order, hygiene and progress: urban reforms in the city of Rio de Janeiro through the novel O Cortiço, by Aluísio de Azevedo

Yuri Leonardo Rosa Stelmach

Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Graduado em em História pela mesma instituição. Bolsista CAPES. Faz parte do Núcleo de
Estudos Medievais da UFRGS.

Resumo: Este artigo busca analisar questões concernentes ao processo de reformas urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, entre os séculos XIX e XX. O foco deste texto é a depreciação e a criminalização das classes pobres e marginalizadas, bem como a desqualificação de seus espaços de habitação e convivência, por parte da retórica higienista dos administradores municipais. Para isso, realizou-se uma aproximação entre história e literatura, tendo como objeto de estudo o romance *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, escrito em 1890. Acredita-se que a análise da obra contribua para a aproximação entre narrativa histórica e sensibilidade literária, por meio das personagens e situações presentes no romance, bem como da bibliografia selecionada para o exame. Por fim, considera-se *O Cortiço* como uma narrativa representativa de sua época, cuja retórica é permeada por um discurso naturalista, sem deixar de ser crítico quanto ao seu tema.

Palavras-chave: O Cortiço, Aluísio de Azevedo, Rio de Janeiro, História, Literatura.

Abstract: This article seeks to analyze issues concerning the process of urban reforms that took place in the city of Rio de Janeiro, between the 19th and 20th centuries. The focus of this text is the depreciation and criminalization of the poor and the marginalized classes, as well as the disqualification of their housing and living spaces, by the hygienist rhetoric of the municipal administrators. To do so, an approximation between history and literature was made, having as object of study the novel *The Slum*, by Aluísio de Azevedo, written in 1890. It is believed that the analysis of the work contributes to the approximation between historical narrative and literary sensitivity, through the characters and situations present in the novel, as well as the bibliography selected for the exam. Finally, *The Slum* is considered as a representative narrative of its time, whose rhetoric is permeated by a naturalist discourse, while remaining critical about its theme.

Keywords: The Slum, Aluísio de Azevedo, Rio de Janeiro, History, Literature.

Introdução

A passagem do século XIX para o XX foi marcada por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil. Como consequência dessas mudanças, os planos urbanísticos e os traçados das grandes cidades também foram modificados, em virtude das novas ideias arquitetônicas e urbanísticas que passaram a representar a ideia de modernidade e desenvolvimento. Esse fenômeno manifestou-se também sobre a então capital do país na virada do século, a cidade do Rio de Janeiro. A questão dos melhoramentos urbanos¹, na expressão do período, esteve na pauta dos administradores e legisladores que buscavam organizar a cidade num plano controlado e ordenado de desenvolvimento urbano e social.

Tais manifestações ocorreram em paralelo com o crescente interesse científico pelos fenômenos sociais, no decorrer do século XIX. Perspectivas teóricas da medicina e da biologia, juntamente com as teorias da criminologia, visaram o desenvolvimento de um campo de estudos interessado sobre a chamada “questão social” que, para além de um campo científico em formação, é “objeto de um discurso, espaço de uma prática e tema de uma enunciação imagética” (PESAVENTO, 1994, p. 7). É na Europa daquele século, por exemplo, que se desenvolveu a noção de “classes perigosas”, um conceito de pretensões científicas por meio do qual se acreditava que alguns indivíduos eram pré-dispostos às práticas consideradas criminosas. Essa predisposição era advinda de aspectos biológicos (determinismo biológico) e ambientais (determinismo geográfico), os quais, acreditava-se, eram capazes de explicar as diferenças morais e psicológicas entre os indivíduos (ALMEIDA, 2020). Logo, indivíduos de aspecto fenotípico considerado “primitivo” seriam propensos a criminalidade².

Essas teorias chegam ao Brasil nos anos finais do século XIX, com um outro fator somado à ênfase biológica de identificação criminal: o meio social. Havia uma preocupação com o caráter da nova sociedade republicana, para a qual as ideias identificadas com o racismo científico ditaram teorias sobre a questão racial no Brasil. Dessa forma, diversas teorias argumentavam que “a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de comportamentos *imorais, lascivos e violentos*”, conforme Silvio Almeida (2020, p. 29). Não tardou muito para que as teorias raciais criminológicas voltassem sua atenção para as classes pobres urbanas e os locais que frequentavam e habitavam.

Moradores de cortiços e outras habitações coletivas, essa população era propensa aos vícios e a ociosidade, incompatíveis com o ideal de ordenamento da sociedade burguesa. Além disso, as teorias do “racismo científico” viam no negro o suspeito “criminoso preferencial” (CHALHOUB, 1994, p. 23), o qual era visto como portador de vícios e pouco propenso ao tra-

1. No Brasil do final do século XIX, a expressão “melhoramento urbano”, designava as comissões de planejamento e intervenção sobre as cidades, regulamentadas pela Câmara Municipal. A expressão também era utilizada para caracterizar empreendimentos efetivos sobre o plano urbanístico: obras de saneamento, construção de praças, abertura e alargamento de vias, etc. O termo “urbanismo” consolida-se no vocabulário técnico após a década de 1920, designando tanto o melhoramento quanto a área do conhecimento para o planejamento das cidades (LEME, 2001)

2. O médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909) é o grande expoente dessa teoria de identificação criminal (ALVAREZ, 2002).

balho. Isso num país que acabava de abolir a escravidão, lançando ex-escravizados à própria sorte. O desenvolvimento capitalista, as migrações dos trabalhadores do campo para a cidade e as imigrações europeias para o Brasil resultaram no aumento da população urbana, tendo como consequência a emergência dos protagonistas da questão social: os considerados pobres, proletários, subalternos e marginais. O que fazer com essa crescente massa urbana representada como cidadãos de segunda ordem (PESAVENTO, 1994)? Ou ainda, recuperando a expressão de Marcos César Alvarez (2002) - ao analisar a perspectiva jurista e social do período -, como tratar desigualmente os desiguais?

Tendo em vista esse escopo introdutório, a proposta deste artigo é realizar uma breve exposição das reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, tendo como foco a desqualificação e criminalização das classes mais pobres, bem como de seus espaços de habitação e convivência. Para isso, neste exame, faremos uso do entrecruzamento entre história e literatura, utilizando a obra *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo. Recorremos ao romance enquanto um instrumento na tentativa de aproximar a análise histórica da sensibilidade literária, através das personagens presentes na obra e da bibliografia selecionada para análise do tema.

Com relação a metodologia de trabalho, é necessário ressaltar alguns pontos. Ao trabalhar história e literatura, deve-se ter em mente que a primeira também se constitui através de uma narrativa ficcional, construída pelo método específico do historiador, o qual depende de suas “fontes” para a construção dessa narrativa histórica. A partir de suas fontes, o historiador cria enredos, elenca personagens, expõe situações, tensões e problemáticas, produzindo discursos na tentativa de acessar a verdade sobre aquele passado. Nesse sentido, segundo argumentou Sandra Pesavento, a história se constitui através de uma “ficção controlada” (PESAVENTO, 1999, p. 821). O que se deve ter em mente é que a História não é a única a criar narrativas sobre o passado, sendo isso realizado também pelo teatro, cinema e, nesse caso, pela literatura.

Conforme a provocação de Terry Eagleton (2006, p. 2), “se a ‘literatura’ inclui muito da escrita ‘fatural’, também exclui uma boa margem de ficção”. A literatura, criadora de imaginários e representações, também é uma forma de criar significados para o passado. Apesar de possuir maior liberdade ficcional na criação de seu enredo e personagens, obras literárias também mantêm uma ligação com a realidade de sua época, tendo o passado – ou o futuro – como plano de fundo de suas narrativas. A fonte da literatura pode ser a simples observação que o escritor fez do seu contexto histórico e social. Nesse sentido, se pode pensar em *O Cortiço* como uma forma de recuperar, por meio de um reflexo literário e dentro dos limites já expostos, um pouco da realidade, da sensibilidade e das questões elencadas sobre a população pobre carioca nos anos finais do XIX e início do século XX.

O autor e sua obra

O maranhense Aluísio de Azevedo nasceu em São Luís, no ano de 1857. Em sua cidade natal, trabalhou como caixeiro e guarda-livros, tarefa que consistia em serviços de contabi-

lidade. Amante das artes, seu especial interesse pela pintura levou o jovem de então 19 anos a estudar na Imperial Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1876. Para manter-se financeiramente na capital imperial, Aluísio trabalhou como cartunista em pequenos jornais de cunho políticos e satíricos da cidade. Dois anos após sua vinda para o sudeste brasileiro, a morte de seu pai faz com que ele retorne para o Maranhão, em 1878. No início da década de 1880, o jovem deixa de lado os traçados do cartum e, sem abandonar o ambiente jornalístico, volta-se para a escrita crítica e abolicionista no jornal *O Pensador*.

Não é por acaso que, inspirado pelos ideais abolicionistas e questões relacionadas com a temática racial, Aluísio publica o romance *O Mulato* (1881), tido por críticos como o marco inicial do Naturalismo³ na literatura brasileira. Esta obra expõe, de forma bastante crítica para o período, a escravidão, o racismo e a corrupção do clero católico. Ao amadurecer a sua forma de escrita e narrativa, o autor buscou distanciar-se do maniqueísmo que permeava a literatura romântica do período, procurando construir representações narrativas onde o bem nem sempre triunfa sobre o mal, ou sequer tais categorias existissem. Quando retorna ao Rio de Janeiro em 1881, Aluísio resolve dedicar-se integralmente à literatura, escrevendo em 1890 sua obra mais famosa, *O Cortiço*. Cinco anos mais tarde, o autor praticamente encerra suas atividades literárias, devido ao ingresso na vida diplomática. Após trabalhar no Japão, Itália e Inglaterra, Aluísio morre em Buenos Aires, em 1910, aos 56 anos de idade.⁴

Situado nos anos finais do século XIX, *O Cortiço* é uma representação literária de uma realidade constituída pela população das habitações urbanas coletivas na cidade do Rio de Janeiro. A história desenrola-se praticamente dentro do cortiço de São Romão, nomeado devido ao seu fundador e uma das personagens mais emblemáticas do romance, o imigrante português João Romão. É no ambiente do cortiço - onipresente, constrangedor e opressivo, mas também familiar e caloroso - que uma miríade de personagens habita, dando significado à obra. Ainda que diversos em suas vivências e identidades, os moradores observavam suas vidas convergindo para o palco de todos os dramas da narrativa, mas também seu personagem principal, o próprio cortiço de São Romão.

A obra *O Cortiço* é reconhecida pela crueza em expor a relação dinâmica entre as personagens que compõem aquela sociedade e o ambiente onde habitam e convivem, criando uma imagem poderosa da realidade, algo tão caro à ideia naturalista. Por outro lado, conforme coloca Antonio Cândido (1991, p. 119), *O Cortiço* não poderia ser visto como uma “alegoria do Brasil”? A obra nos apresenta diversas representações da vida urbana carioca do século XIX. Ali habitam portugueses, brasileiros, escravizados, ex-escravizados, imigrantes, proletários, lavadeiras, caixeiros. As dicotomias entre o que era considerado luxo e pobreza, civilização e bar-

3. Para o Naturalismo, conforme Antonio Cândido (1991, p. 111), a obra textual “era essencialmente uma transposição direta da realidade, como se o escritor conseguisse ficar diante dela na situação de puro sujeito em face do objeto puro, registrando [...] as noções e impressões que iriam constituir o seu próprio texto”.

4. As informações para esta breve biografia do autor foram retiradas do site da Academia Brasileira de Letras. Academia Brasileira de Letras, Aluísio de Azevedo. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/aluisio-azevedo/biografia>.

bárie, progresso e atraso, são expostas em suas páginas através das vidas de seus personagens. Pela pena de Aluísio de Azevedo, a realidade social é representada pela coletividade de seus personagens, onde percebe-se um teor crítico à sociedade capitalista e burguesa do período, mas também a afirmação de estereótipos carregados pelo autor, fruto de seu tempo.

Reformas urbanas e a questão social: o caso do Rio de Janeiro

A virada do século XIX foi marcada por diversas transformações no Brasil. No final da década de 1880, a monarquia é derrubada e instaura-se a república, através de um golpe militar associado a setores oligárquicos, com inexpressiva participação popular. Nesse sentido, não houve significativas transformações na estrutura vigente de dominação social brasileira, mas uma manutenção do *status quo* que se adaptava às transformações econômicas e políticas do novo regime de pretensões democráticas⁵. Conforme Sandra Pesavento (1999, p. 161),

[...] A República fora proclamada em meio aos discursos do progresso e da civilização, mas arrastava atrás de si dívidas para com o passado colonial. A não-solução do problema agrário e a dificuldade de incorporação dos ex-escravos ao mercado de trabalho, a problemática realização da cidadania, [...] a manutenção das relações autoritárias, [...] traduzem-se em condições históricas perversas e específicas de realização da modernidade.

Porém, ao mesmo tempo em que herdava complexos problemas sociais, a República fincava suas bases sob o “tremular” da ordem e do progresso, isto é,

[...] o signo da *ordem pública*. Herdeiros de concepções político-filosóficas de cunho evolucionista, que naturalizavam o social, intelectuais e militares que fundaram a República defendiam a tese do progresso ordeiro (PATTO, 1999, p. 170).

Por meio de um plano urbanístico ordenado e representativo do progresso dos novos tempos, os administradores públicos da cidade do Rio de Janeiro buscaram modernizar a cidade nos moldes das grandes capitais do continente europeu. Tendo como modelo máximo as reformas urbanísticas realizadas em Paris, organizou-se o primeiro plano de melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro, em 1874. O projeto inicial tinha como motivação a questão sanitária, devido às epidemias que assolavam a metrópole nesse período. A falta de capital para grande parte das obras projetadas fez com que o plano fosse lentamente abandonado. Foram feitas apenas reformas de natureza estética, como a reforma e o embelezamento de algumas praças. A finalização dessa primeira tentativa de reformas já evidencia o que será mais perceptível na virada do século XIX para o XX, uma ideia de melhoramentos urbanos baseado muito mais no “parecer” do que o “ser” (PESAVENTO, 1999, p. 168).

5. Conforme Maria Resende (2003), é problemático caracterizar a Primeira República como um regime democrático. A Constituição de 1891, de caráter liberal, coexistiu com práticas políticas oligárquicas, revelando a dominação de uma minoria política sobre uma maioria excluída da participação política. Ainda, nesse sentido, a constituição da república teve significado extremamente limitado no processo histórico de construção da democracia e da expansão da cidadania no Brasil.

Ao final da década de 1890, o Rio de Janeiro estava inserido num complexo de problemas demográficos, urbanísticos e, por consequência, sociais, devido ao seu desordenado crescimento e significativo aumento da população. Esse surto populacional resultava do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, somado com o fluxo de imigrantes europeus que chegavam ao Brasil. Em busca de melhores condições de trabalho e subsistência, muitos ex-escravizados migravam das decadentes fazendas de café para os grandes centros urbanos, principalmente para as cidades portuárias, como é o caso do Rio de Janeiro. Essa população, extremamente pobre, foi fixando-se no centro da cidade, devido às maiores possibilidades de trabalho e ganho. A questão da habitação tornava-se um problema cada vez maior e coube aos próprios migrantes a construção de pequenos casebres em terrenos baldios ou a ocupação de “antigos casarões do início do século XIX, localizados no centro da cidade, [...] redivididos em inúmeros cubículos alugados a famílias inteiras [...]” (SEVCENKO, 1998, p. 21). Dessa forma, foram surgindo as habitações que representariam um dos grandes males para os administradores e reformadores urbanos do Rio de Janeiro: os cortiços.

Os cortiços e seus habitantes logo se tornaram o centro da atenção do governo municipal. Portadores de um discurso técnico e científico, os reformadores buscavam estratégias para encaixar a questão social dentro dos seus planos de crescimento ordenado para a cidade. Nesse sentido, conforme Pesavento (1994, p. 9), houve a articulação de três ideias principais que balizaram os discursos e as práticas reformistas, as quais deram a tônica para as futuras intervenções: (i) o discurso médico e higienista; (ii) o discurso jurídico e criminológico e; (iii) o discurso tecnicista e arquitetônico. Em conjunto com esse ideal tríplice, atuavam as forças repressivas da violência policial, empregada em casos onde a população atingida pelas reformas – pobre e marginalizada – oferecesse resistência a atuação do estado.

Imagem 1 – Moradores em frente às moradias coletivas



Fonte: CECULT UNICAMP (2020)

No ano de 1893 temos o emblemático caso de destruição do cortiço Cabeça de Porco⁶

6. Sidney Chalhoub (1994) narra a destruição do cortiço Cabeça de Porco e a repercussão pública nos jornais do período. Conforme o autor, o destino desse cortiço e de seus habitantes serviu de inspiração para a narrativa de Aluísio de Azevedo.

no Rio de Janeiro. Contando com a presença do prefeito Barata Ribeiro, das forças policiais e inspetores de higiene, a extinção daquele cortiço foi elevada ao grau de uma cruzada, representada pela “vitória” dos cruzados higienistas contra a desordem, o vício e a promiscuidade (CHALHOUB, 1994, p. 16). A sentença imputada sobre o Cabeça de Porco o tornou um caso emblemático, marcando definitivamente o que foi considerado um combate efetivo contra as habitações populares no centro do Rio de Janeiro. Foi no governo de Francisco Pereira Passos (1902-1906) que as ideias reformistas assumiram a forma de um plano técnico de três dimensões – modernização, reforma e saneamento -, popularmente conhecido como “bota-abaixo”. As reformas realizadas nesse período foram registradas pela lente de Augusto Malta, fotógrafo oficial do governo do Rio de Janeiro. Por mais de trinta anos Malta fotografou a cidade, criando um grande acervo visual⁷ das transformações urbanas na então capital brasileira (Imagem 2).

Imagem 2 – Um cortiço carioca no início do século XX



Fonte: CECULT UNICAMP (2020)

O “bota-abaixo”, portanto, é um momento ilustrativo de como se operou a destruição dos cortiços na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Não houve qualquer plano de indenização e realocação das famílias que, do dia para a noite, viam-se sem suas moradias. Por conta própria, essa população foi ocupando os terrenos elevados e os morros nas periferias da cidade, afastando-se cada vez mais do centro urbano. Mesmo assim, alguns cortiços sobreviveram ao reformismo do século XIX e XX e permanecem conservados até o presente. Historicamente, se pode dizer que o advento republicano também se caracteriza pela gênese das atuais favelas cariocas.

O Cortiço

Logo que o português João Romão construiu as três primeiras casas no que viria a ser um grande cortiço em Botafogo, não tardou para que seus primeiros habitantes chegassem ao

7. O acervo fotográfico de Augusto Malta foi digitalizado e pode ser acessado pelo Portal Augusto Malta (portal-augustomalta.rio.rj.gov.br/), mantido pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), órgão da Secretaria Municipal das Culturas (Prefeitura do Rio de Janeiro).

local. Ao longo das casas, o terreno foi murado, as habitações foram aumentando em número e, na frente da estalagem, via-se o letreiro “estalagem São Romão”. Aos poucos, foi assim que

[...] naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a mi-nhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, a multiplicar-se como larvas no esterco (AZEVEDO, 1979, p. 21).

A fundação do cortiço é descrita através de uma linguagem animalesca, fazendo uso de metáforas biológicas de reprodução e a animais que são associados a ambientes insalubres. Tanto o discurso urbanístico quanto o higienista estiveram carregados de metáforas médicas e biológicas, cujos significados variavam conforme o ambiente que se procurava retratar. Eram abertas grandes avenidas, ao modelo das *boulevards* parisienses, agindo com “inigualáveis pulmões de vida” (LEME, 2001, p. 234) para o “organismo” urbano. Se as avenidas e as praças são representadas como órgãos vitais à vida, os cortiços eram tratados como patologias, cabendo ao planejamento urbano ordenado expurgar essa “doença”. A metáfora médica para a paisagem urbana logo passou do ambiente para o indivíduo que lá habitava, uma maneira de desqualificar as camadas mais pobres da população. Nos relatórios e debates governamentais do período, o desempregado passava de “vadio” para “incansáveis parasitas”, “sanguessugas” que se alastravam pela cidade (PATTO, 1999, p. 175). Esse discurso da administração pública, de cunho moralizante e elitista, difundia a ideia de que, conforme Sidney Chalhoub (1994, p. 29), os cortiços e seus moradores – os pobres urbanos - são nocivos a sociedade, pois seus hábitos e moradias irradiam epidemias e propagam vícios de todos os tipos

Nesse sentido, se deve apontar que somado ao discurso epidêmico, existe a ideia de associar as classes pobres às classes perigosas. Como já foi salientado anteriormente, os desfavorecidos urbanos eram vistos como propensos ao crime ou vícios de diversas espécies. Em *O Cortiço*, essa questão aparece nas transformações sofridas pela personagem de Jerônimo. No início, o português é a personificação do trabalho, da ordem social e familiar. Ao apaixonar-se por outra moradora da estalagem, Rita Baiana, Jerônimo transforma-se, passando a idealizar

[...] felicidades novas, picantes e violentas; [...] mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tornava gosto aos prazeres, e volvia-se preguiçoso resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor [...]. E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português: e Jerônimo abrasilhou-se (AZEVEDO, 1979, p. 67).

No início da obra, Jerônimo não habitava o cortiço, mas mudou-se para lá devido a proposta de trabalho feita por João Romão, para que comandasse o trabalho dos mineradores na pedreira que havia nos fundos do cortiço. Logo, a estalagem modificou sua personalidade por completo. Quanto a sua esposa Piedade, também portuguesa, “recebia a *influência do meio* só por fora [...], conservando-se inalterável quanto ao moral [...]” (AZEVEDO, 1979, p. 67, grifo nosso). Essa curta passagem é bastante exemplificadora da ideia do determinismo geográfico

moldando o caráter moral dos indivíduos. Isto é, o cortiço corrompe, desmoraliza, constrange até o mais pio dos indivíduos. Na narrativa, é a brasileira Rita que corrompe o português, construindo uma metáfora que refletia o afã reformista do período: destruir os cortiços era uma tarefa que visava disciplinar, ordenar, moralizar e limpar o “espírito” brasileiro.

Com relação ao estigma imposto sobre as habitações populares do centro da cidade, a obra nos traz também o personagem Miranda. Comerciante e dono do nobre título de Marquês, o português habita um grande sobrado ao lado do cortiço. De suas janelas, observa o cortiço ressaltando o desprezo que sente por aquele lugar e seus moradores. Durante boa parte do romance, Miranda serve como porta voz do discurso higienista governamental, sendo a representação de uma nobreza financeiramente decadente, mas conservadora, detentora de um poder social advindo de seu *status* social. Apesar de ser inimigo declarado de João Romão, Miranda não pensa duas vezes ao permitir – e incentivar – o casamento de sua filha com o dono do cortiço, após Romão enriquecer financeiramente. Não deixa de ser simbólico que, para efetivar-se o casamento, João Romão deve-se livrar de Bertoleza – escravizada que mora com Romão -, a qual foi fundamental para o enriquecimento do português. O destino dessas duas personagens pode ser visto como uma metáfora do progresso ordeiro e “civilizador” da elite social, a qual excluía, violentava e marginalizava os pobres da cidade.

Considerando o espaço habitacional, bem como seus moradores - ambos estigmatizados pelo discurso governamental -, o termo cortiço foi utilizado para estigmatizar definitivamente qualquer tipo de habitação popular (CHALHOUB, 1994, p. 40). Essa representação por parte das autoridades do governo era intensificada quando a intenção era demolir ou realocar a população que ali vivia para áreas periféricas, validando, dessa forma, as intervenções e o uso da repressão policial. Autoridades, higienistas, policiais e empresários interessados nos lucros da urbanização, possuíam uma retórica afinada entre si, formando um único corpo ideológico.

Em *O Cortiço*, a presença policial ocorre em poucas passagens e não possui desdobramentos significativos para a obra. Na estalagem vivia Alexandre, soldado de polícia e para o qual geralmente se recorria para resolver pequenos problemas na convivência diária entre os moradores. O soldado sempre se mostrava solícito, prezando pela ordem, principalmente quando trajava sua farda. O dono da estalagem, João Romão, orgulhava-se ao falar que todos os moradores eram “gente séria”, por esse motivo, “nunca nos entrou cá a polícia, nem nunca a deixaremos entrar!” (AZEVEDO, 1979, p. 37). Nesse sentido, revela o narrador:

A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício; à capa [com pretexto] de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho (AZEVEDO, 1979, p. 88).

Conforme Edu Otsuka (2017, p. 101), “a condição de subcidadania imposta aos pobres e o tratamento incivil dispensado a eles favoreceram a permanência das atitudes mutuamente hostis entre a polícia e os setores sociais que sofriam as ações repressivas”. A literatura nos apre-

sentada uma passagem que remete à realidade do Brasil no final do século XIX. Uma realidade histórica que persiste fortemente no Brasil do século XXI, onde a violência estatal sempre foi a solução para controle da população das periferias. Conforme Maria Helena Patto (1999), a violência do aparato policial foi protagonista na tentativa de disciplinar a população, e as intervenções propostas no plano urbano eram coordenadas, na maioria dos casos, pelo secretário de polícia, o qual vigiava costumes, posturas, promovia despejos e dava voz de prisão. Em síntese, aplicava-se uma repressão policial violenta, instrumentalizada pelo movimento higienista brasileiro.

Com a expansão da cidade, partindo do centro para as bordas, antigas áreas de campo foram utilizadas na construção de loteamentos. As linhas de bonde expandiram-se para atender a demanda de transporte nestes locais. Modificações consequentes da conjunção de interesses entre empresários do setor de transportes e agentes do capital imobiliário (CHALHOUB, 1994). Através da paulatina extinção dos cortiços, os terrenos do centro da cidade atingiram altos valores, fazendo com que as classes pobres fossem cada vez mais empurradas para as periferias da cidade. Tal mudança foi ao encontro da ideologia reformista, pois permitia ordenar a cidade e afastava “o pobre e suas mazelas” para longe dos habitantes do centro do Rio de Janeiro. Logo,

[...] a imagem do cidadão morador da urbe era de alguém que tivesse propriedade para morar, dinheiro para pagar impostos, correto proceder na vida familiar e pública e saúde para não emprestar a vizinhança com doenças. Quem não se enquadrasse, que demandasse às zonas mais afastadas (PESAVENTO, 1994, p. 96).

Ao final do romance de Azevedo, João Romão transforma-se na caricatura do burguês urbano. Na sua perspectiva, atinge um patamar civilizatório ao se casar com a filha do Marquês. Os antigos moradores – que percorrem a narrativa desde seu início – vão, pouco a pouco, desaparecendo. Na lógica higienista, se pode dizer que, como um corpo doente, o cortiço se higienizava de dentro para fora, mal dando a “ideia do que fora” (AZEVEDO, 1979, p. 140). Como consequência, conforme a narrativa de Aluísio, há a transformação do próprio cortiço num ambiente ordenado, urbanizado, com novos moradores. A lógica capitalista de disciplina se impõe sobre o ambiente. Casinhas foram padronizadas, o barro do chão foi substituído por uma pequena avenida de pedras e a “Estalagem São Romão” passou a se chamar “Avenida São Romão”. O cortiço foi reformado na medida em que seu dono enriquecia e adquiria status social por ter casado com a filha do marquês. Dessa forma,

[...] A feroz engrenagem daquela máquina terrível, que nunca parava, ia já lançando os dentes a uma nova camada social que, pouco a pouco, se deixaria arrastar inteira lá para dentro. Começavam a vir estudantes pobres, [...] surgiram contínuos de repartições públicas, caixeiros de botiquim, artistas de teatro, condutores de bonde e vendedores de bilhetes de loteria (AZEVEDO, 1979, p. 141).

João Romão já não participava da vida cotidiana dos moradores da estalagem, apenas

realizava inspeções nas habitações, visando manter a ordem e a salubridade do local. Ao final da obra, Aluísio de Azevedo retorna ao cortiço Cabeça de Gato, estalagem vizinha, para mostrar sua decadência em comparação ao São Romão. Cabeça de Gato é a imagem, na retórica do autor, de um cortiço que não se altera, “fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, mais cortiço [...]” (AZEVEDO, 1979, p. 156). Logo, um local que em breve será soterrado pelos anseios reformistas.

Por sua vez, o cortiço São Romão individualizava-se na medida em que antigos moradores se mudavam – ou eram expulsos – e uma nova leva de pessoas chegava em busca de moradia e trabalho nas indústrias nascentes. O Rio de Janeiro, uma capital disciplinada, “cidade maravilhosa”, se abria como vitrine para um Brasil que intencionava ser moderno e republicano. Uma realidade gestada na retórica e nas ações de seus reformadores.

Considerações finais

A aproximação entre literatura e história pode ser uma forma interessante para a análise e compreensão de determinados aspectos da formação histórica das desigualdades urbanas brasileiras. Apesar do tom que norteou o exame, vamos ao encontro de Sidney Chalhoub e Maria Helena Patto, quando argumentam que nem todas as ações reformistas foram conspirações contra a população pobre do Rio de Janeiro. Algumas eram realmente necessárias como, por exemplo, políticas de saneamento e prevenção das doenças que se alastravam pela cidade (CHALHOUB, 1994; PATTO, 1999).

Porém, evidencia-se que as decisões sobre onde e como intervir sempre estiveram acompanhadas de um caráter político e ideológico, longe do discurso cientificista propagandado pelos discursos higienistas. Paralelamente, a corrupção trabalhava a favor de empresários e empreiteiros dispostos a ganhar licitações para as obras de intervenção. A cidade, tanto no passado quanto no presente, pode ser vista como um documento importante para o estudo de processos de exclusão e marginalização de uma parte de sua população, bem como as relações sociais entre seus habitantes.

O romance de Aluísio de Azevedo impossibilita uma postura de indiferença do leitor em relação à obra. As situações expostas no livro são carregadas de significados que fazem o leitor transitar entre a repulsa e o afeto pelos personagens e seus dramas. A obra permite realizar uma série de outras observações, devido a sua profundidade e aproximação com a realidade de sua época. Salienta-se que seu caráter ficcional, literário e seu estilo naturalista, permitem maior liberdade à narrativa, cabendo ao historiador perceber a tênue linha que conecta e afasta duas disciplinas possíveis de entrecruzamento.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Editora Jandaíra, 2020.

ALVAREZ, Marcos C. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar desigualmente os Desiguais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677 – 704, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n4/a05v45n4.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço*. São Paulo: Ática, 1979.

CÂNDIDO, Antonio. De Cortiço a Cortiço. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 30, v. 2, p. 111-129, jul. 1991. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-30/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CECULT. *Centro de Pesquisa em História Social da Cultura*, 2020. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/cecult/mapas/corticos/cortimagens1.html>>. Acesso em: 12 set. 2020.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEME, Maria C. da S. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. In: BRESCIANI, Maria S. (org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

MARTINS, Paulo C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3, República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OTSUKA, Edu Teruki. O povo e a polícia: conflitos sociais em *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, e *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto. *Revista Svet Literaturny/ O Mundo da Literatura*. Praga, Charles University, p. 99 – 106, jun. 2017. Disponível em: <<https://svetliteraturny.ff.cuni.cz/en/magazin/special-issue-o-mundo-da-literatura-2017/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PATTO, Maria Helena S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167 – 198, 1999. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9468/11036>>. Acesso em 18 ago. 2020.

PESAVENTO, Sandra J. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

_____. *Os Pobres da Cidade*. Vida e trabalho 1880 - 1920. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

_____. Fronteiras da Ficção: diálogos da História com a Literatura. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana M.; LOKOI, Zilda M. G. (org.). *História: fronteiras*. Volume II. São Paulo: Humanitas / FFLCH/ USP: ANPUH, 1999.

_____. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). *Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*.

Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 115 – 127, 1995.

RESENDE, Maria E. L. de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3, República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WISSENBACH, Cristina C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3, República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Submetido em: 30/09/2020

Aprovado em: 03/11/2020